



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE PALMEIRA DAS MISSÕES

Aos 18 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001891-64.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Titular Bárbara Schönhofen Garcia, pela Assistente de Diretor de Secretaria Sirlei Terezinha Kristoschek e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 28.04.1993

Data da última correição realizada: 20.05.2015

Data da Implantação do PJe: 09.04.2015

Jurisdição: Barra Funda, Boa Vista das Missões, Cerro Grande, Condor, Constantina, Engenho Velho, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Panambi, Pejuçara, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Sarandi, São José das Missões, São Pedro das Missões

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 18.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Bárbara Schönhofen Garcia	Juíza Titular	Desde 07.12.2015

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.05.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Palmeira das Missões pertence à 69ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição



compreende 02 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes Substitutos Fernando Reichenbach e Felipe Jakobson Lerrer.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Luís Henrique Bisso Tatsch	10.10.2014 a 02.11.2015	Juiz Titular	1 ano e 23 dias
		03.11 a 08.11.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	6 dias
2	Bárbara Schönhofen Garcia	Desde 07.12.2015	Juíza Titular	5 meses e 12 dias
3	Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta)	02.03 a 29.03.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	28 dias
	Felipe Jakobson Lerrer (Juiz do Trabalho Substituto)	15.06 a 14.07.2015	Atuou em razão de regime de Juiz Auxiliar	1 mês
		16.07 a 16.08.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular	32 dias
		09.11 a 18.11.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	10 dias
	Bárbara Schönhofen Garcia (Juíza do Trabalho Substituta)	19.11 a 22.11.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	4 dias
		23.11 a 06.12.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	14 dias
	Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto)	14.04 a 17.04.2016	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	4 dias
		18.04 a 15.05.2016	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	28 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.05.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Luís Henrique Bisso Tatsch	Férias	02.03 a 29.03.2015	28 dias
		Férias	16.07 a 16.08.2015	32 dias
Titular	Bárbara Schönhofen Garcia	Férias	14.04 a 15.05.2015	30 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.05.2016)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta do Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista, foram distribuídos proporcionalmente entre as respectivas Varas. Assim, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Varas colocados à sua disposição.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões, onde constam também os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi.

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Cleber Eduardo Padilha Vilande	Analista Judiciário – Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	06.09.1994
2	Evandro de Araujo Menine	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	18.12.2015
-	Andre Ricardo Kowaleski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	21.03.2016
-	Dener Pires de Oliveira	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	05.06.2015
3	Sirlei Terezinha Kristoschek	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	03.11.1994
4	Diogo Fortes Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	15.12.2014
5	Aline Trein	Analista Judiciário- Área Judiciária	Assistente (FC02)	14.01.2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Jefferson Doly Westphalen Michel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	02.06.1997
7	Juliana Homrich	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	08.01.2016
-	Divina Aparecida Caumo Serro	Analista Judiciário- Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.10.2002
-	Roni Gilberto Freitas Silveira	Analista Judiciário- Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.10.2012

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Mario Alcides Paixao Pereira	Analista Judiciário- Área Judiciária	Assistente Chefe de Posto (FC05)	11.11.2010
2	Fabian Leomar Nunes de Andrade	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente FC02	27.09.2011
3	Joao Roberto dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente FC02	28.05.2014
4	Alice Pedrolo Giroto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	18.11.2009
5	Gerion Dahlke	Técnico Judiciário – Segurança	-	23.11.2009

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.05.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.143,67	1.001-1.500	12	11 a 12



A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho. Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões está de acordo os parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a realocação de servidores dos Postos avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise.

Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões			
Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Cleber Eduardo Padilha Vilande	Cursos ou eventos	14	106 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	91	
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	1	
Evandro de Araujo Menine Desde 18.12.2015*	Cursos ou eventos	3	3 dias
Andre Ricardo Kowaleski Desde 21.03.2016*	-	-	-
Dener Pires de Oliveira Desde 05.06.2015*	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Sirlei Terezinha Kristoschek	Cursos ou eventos	10	11 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Diogo Fortes Machado	-	-	-
Aline Trein Desde 14.01.2016*	-	-	-
Jefferson Doly Westphalen Michel	Cursos ou eventos	1	2 dias
	Doença em pessoa da família (LPF)	1	
Juliana Homrich Desde 08.01.2016*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	10 dias
Divina Aparecida Caumo Serro	Cursos ou eventos	1	1 dia
Roni Gilberto Freitas Silveira	Cursos ou eventos	1	16 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Mario Alcides Paixao Pereira	Cursos ou eventos	8	8 dias
Fabian Leomar Nunes de Andrade	Cursos ou eventos	5	7 dias
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	2	
Joao Roberto dos Santos	-	-	-
Alice Pedrolo Giroto	Dispensa médica (DM)	1	4 dias
	Doença em pessoa da família (LPF)	3	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.05.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Adriana Jardim Correa*	08.05.2014	12.04.2015	11 meses e 5 dias	Lotação na VT de Triunfo-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

					Assistente de Juiz Substituto(FC05)
2	Alessandra De Souza Ost*	27.08.2014	12.04.2015	7 meses e 16 dias	Lotação na 1ª VT de Sapucaia do Sul- Assistente de Juiz Substituto (FC05)
3	Ana Luiza Cerqueira De Melo	13.04.2015	20.05.2015	1 mês e 8 dias	Lotação no Gabinete do Exmo. Des. Gilberto dos Santos – Assistente de Gabinete – (FC05)
4	Geison Luiz Menegaz	14.10.2010	30.06.2015	4 anos, 8 meses e 17 dias	Redistribuído para outro Regional
5	Marcelo Borges De Oliveira*	17.06.2015	02.08.2015	1 mês e 16 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria- Assistente de Juiz Substituto (FC05)
6	Robert Luis De Souza Conceição	07.01.2015	17.09.2015	08 meses e 11 dias	Vacância
8	Yuri Pinheiro Do Nascimento	16.10.2014	15.11.2015	1 ano e 1 mês	Lotação na 4ª VT de Novo Hamburgo – Assistente (FC02)
9	Daniel de Souza Salim**	13.04.2015	18.11.2015	7 meses e 6 dias	Lotação na VT de São Leopoldo- Assistente de Juiz Titular(FC05)
10	Janice Dal Santo Da Ros	29.05.2007	06.01.2016	8 anos, 7 meses e 8 dias	Lotação no PAJT de Itaqui- Assistente - FC02
11	Karoline Ramos Cabrera	24.08.2015	15.03.2016	6 meses e 22 dias	Lotação no Gabinete do Exmo. Des. Fernando Cassal – Assistente de Gabinete –



					(FC05)
--	--	--	--	--	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.05.2016)

* Os servidores já ocupavam função de Assistente de Juiz Substituto FC05 na Vara do Trabalho correccionada

** Os servidores já ocupavam função de Assistente de Juiz Titular FC05 na Vara do Trabalho correccionada

2.2.5 Estagiários

Estagiário (a)		Curso em Andamento	Período
1	Tiago Ioriatti Gambatto	Direito	13.10.2015 a 12.10.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular Luís Henrique Bisso Tatsch	-	-	59,5	59,5
Titular Bárbara Schönhofen Garcia	-	12	51	63
Substituto Zoneado Felipe Jakobson Lerrer	-	-	75	75
Substituto Zoneado Fernando Reichenbach	-	-	21,5	21,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.05.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões				
Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Cleber Eduardo Padilha Vilande	10	67,8	90	168,8
Evandro de Araujo Menine	20	28	63,5	91,5
Andre Ricardo Kowaleski	-	-	10	-
Dener Pires de Oliveira	-	-	-	-
Sirlei Terezinha Kristoschek	-	60	83	143
Diogo Fortes Machado	-	20	30	50



Aline Trein	-	-	-	-
Jefferson Doly Westphalen Michel	-	28	-	28
Juliana Homrich	-	-	25	25
Divina Aparecida Caumo Serro	-	5	105	110
Roni Gilberto Freitas Silveira	-	5	25	30
Cleber Eduardo Padilha Vilande	10	67,8	91	168,8

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi				
Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Mario Alcides Paixao Pereira	-	67,8	16	83,8
Fabian Leomar Nunes de Andrade	-	60	195	255
Joao Roberto dos Santos	-	20	20	40
Alice Pedrolo Giroto	-	20	5	25
Gerion Dahlke	-	20	42	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de Palmeira das Missões foi enquadrada na faixa de movimentação processual de mais 1.001 a 1.500 processos por ano. **Essa média foi obtida com a soma dos processos que tramitam na própria Unidade, bem como com aqueles que tramitam no Posto Avançado de Panambi, mas que estão vinculados à Vara do Trabalho de Palmeira das Missões.**

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades Judiciárias com 1001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.174	1.461	24,45%	1.477	1,10%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de liquidação**	79	45	-43,04%	34	-24,44%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.096	1.082	-1,28%	1.107	2,31%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	87	61	-29,89%	69	13,11%
Total	2.436	2.649	8,74%	2.687	1,43%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

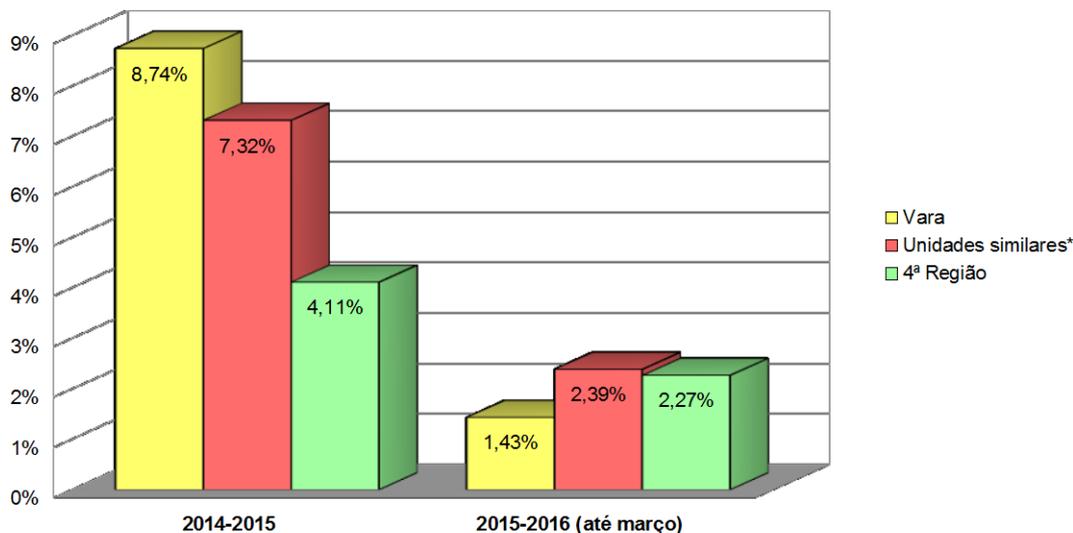
O acervo de processos em tramitação inclui os dados do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi.

Considerando todo o acervo, no ano de 2015, houve majoração de 8,74% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 287 processos).

Essa variação no acervo de processos em 2015 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de apenas 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos três primeiros meses de 2016, verifica-se que o estoque de processos tramitando na unidade aumentou 1,43%, índice abaixo da média regional no período, como aponta o gráfico que segue:



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.013	1.350	33,27%	327	-75,78%
Sentença Anulada/Reformada	7	0	-100,00%	0	#DIV/0!
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.051	1.183	12,56%	262	-77,85%
Processos pendentes de solução	494	687	39,07%	751	9,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

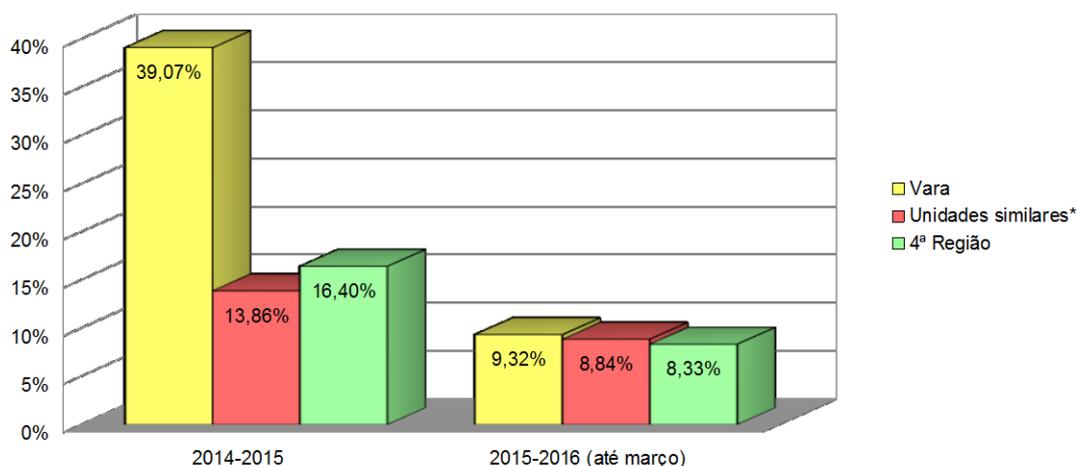
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

** A tabela inclui os dados do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi.

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 39,07% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 494 para 687 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. Um dos principais fatores que contribuíram para esse acréscimo no estoque foi um aumento de 33,27% no número de casos novos (aumento de 337 processos) em comparação com os dados do ano de 2014.



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015, consoante se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	71	237	233,80%	272	14,77%
Aguardando encerramento da instrução	367	415	13,08%	435	4,82%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	56	30	-46,43%	23	-23,33%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	5	#DIV/0!	21	320,00%
TOTAL	494	687	39,07%	751	9,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Palmeira das Missões	103,75%	87,63%	-15,54%	80,12%	-8,57%
Unidades similares*	86,59%	89,89%	3,82%	74,68%	-16,92%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	75,96%	-14,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 87,63% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 15,54% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi 2,26 pontos percentuais inferior às unidades de porte semelhante e 1,48 ponto percentual abaixo da média geral do TRT da 4ª Região.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Palmeira das Missões	67,46%	64,15%	-4,90%	25,84%	-59,72%
Unidades similares*	56,29%	55,14%	-2,05%	19,89%	-63,93%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e pelo PAJT de Panambi foi de 64,15% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 4,9% inferior ao verificado no ano anterior. De qualquer sorte, tal desempenho foi 9,01 e 8,96 pontos percentuais superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual e ao da média de toda a 4ª Região, respectivamente.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados (VT e PAJT)							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	505	48,05	596	50,38	133	50,76
	Julgado procedente	15	1,43	24	2,03	2	0,76
	Julgado procedente em parte	291	27,69	349	29,5	28	10,69
	Julgado improcedente	142	13,51	107	9,04	5	1,91
	Extinto	2	0,19	1	0,08	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	955	90,87	1.077	91,04	168	64,12
Sem exame de mérito	Extinto	36	3,43	32	2,7	67	25,57
	Arquivamento (art. 844 CLT)	38	3,62	44	3,72	21	8,02
	Desistência	13	1,24	18	1,52	4	1,53
	Outras decisões	9	0,86	12	1,01	2	0,76



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	SUBTOTAL	96	9,13	106	8,96	94	35,88
	TOTAL	1.051	100	1.183	100	262	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se uma elevação de 132 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 12,56%. Essa majoração se mostra acima da média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13%, bem como daquela apresentada por unidades similares, de apenas 2,60% no período, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	12,56%	-77,85%	Vara	6,89%	-92,72%
Unidades similares*	2,60%	-80,93%	Unidades similares*	8,33%	-76,40%
4ª Região	8,19%	-77,83%	4ª Região	7,56%	-75,14%

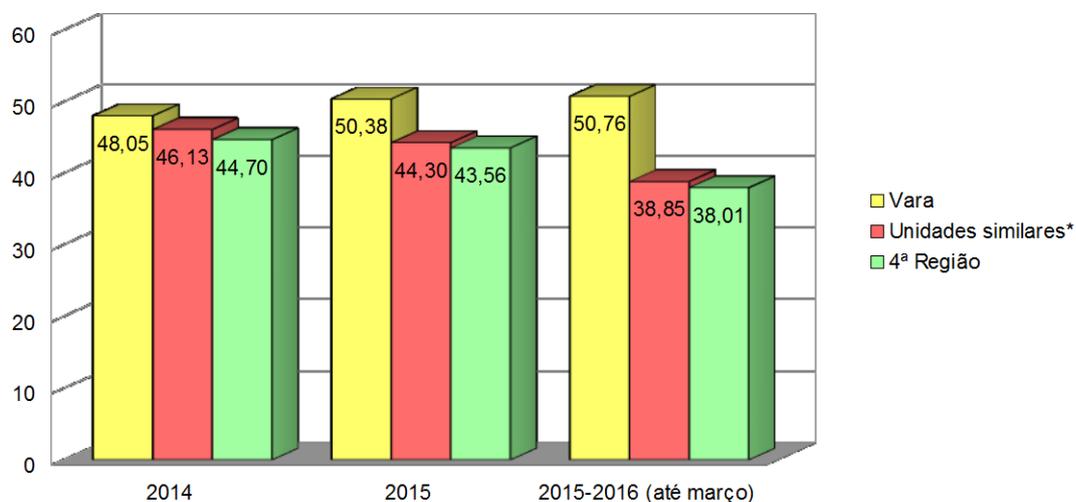
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 450 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 481 decisões, representando uma elevação de 6,89%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Da mesma forma, os números evidenciam um aumento no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 505, representando 48,05% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 596, correspondendo a 50,38% das soluções na fase de conhecimento – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que alcançou a média de 43,56% no período. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 50,76%, resultado superior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Iniciadas	207	185	-10,63%	26	-85,95%
Encerradas	196	210	7,14%	34	-83,81%
Pendentes	74	43	-41,89%	31	-27,91%
Arquivo Provisório	7	5	-28,57%	5	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 74, em 2014, para 43, em 2015, importando em uma redução de 41,89%. Esse percentual foi em direção oposta ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

Um dos principais motivos para essa redução foi a diminuição em 10,63% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos, associada a um aumento no número de liquidações encerradas, no percentual de 7,14%.

Nos três primeiros meses de 2016, os números refletem uma nova queda no estoque de processos pendentes na fase de liquidação - para 31 processos -, o que representa uma nova redução percentual de 27,91%.



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Palmeira das Missões - 01a Vara	94,69%	113,51%	19,88%	130,77%	15,20%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	80,29%	-10,20%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 113,51% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 19,88% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em cerca de 24,1 pontos percentuais bem como à média geral do TRT4, em 25,08 pontos percentuais.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Palmeira das Missões - 01a Vara	70,50%	81,08%	15,00%	49,28%	-39,23%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	22,07%	-60,03%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e pelo PAJT de Panambi, em 2015, foi de 81,08% do número total de liquidações a encerrar – resultado 15% superior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 25,85 pontos percentuais e à média geral do TRT4 em 26,76 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
--	------	------	-----------------------	---------------------	-----------------------

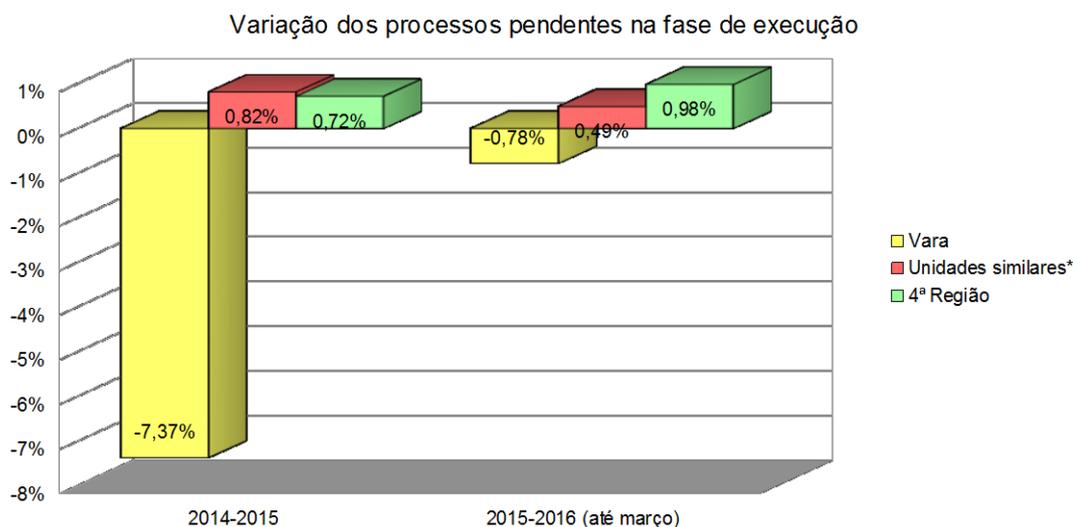


Entrada	Iniciadas	305	378	23,93%	93	-75,40%
	Desarquivadas para prosseguimento	188	60	-68,09%	1	-98,33%
Saídas	Encerradas	505	342	-32,28%	27	-92,11%
	Arquivadas Provisoriamente	280	102	-63,57%	25	-75,49%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	1	4	300,00%	6	50,00%
	Demais	691	637	-7,81%	630	-1,10%
	Total	692	641	-7,37%	636	-0,78%
Saldo no arquivo Provisório		415	441	6,27%	461	4,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no PAJT de Panambi apresentou queda de 692 para 641 processos, refletindo uma redução de 7,37% no estoque processual. Uma redução de 68,09% no número de desarquivamentos para prosseguimento foi um dos principais motivos identificados para essa redução.

Da mesma forma, os dados colhidos no primeiro trimestre de 2016 apontam uma pequena diminuição no estoque de processos pendentes na fase de execução (0,78%), resultado melhor do que a média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de 0,68% no número de execuções pendentes.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Palmeira das Missões	165,57%	90,48%	-45,36%	29,03%	-67,91%
Unidades similares*	98,23%	79,12%	-19,45%	74,80%	-5,46%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 90,48% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 45,36% em relação ao índice do ano anterior. Ainda assim, constata-se que o índice da Unidade foi 11,36 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (79,12%), bem como 10,44 pontos percentuais acima da média geral do TRT da 4ª Região (80,03%).

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Palmeira das Missões	29,79%	23,03%	-22,70%	2,30%	-90,02%
Unidades similares*	15,10%	14,08%	-6,76%	4,01%	-71,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e pelo PAJT de Panambi em 2015 foi de 23,03% do número total de execuções a encerrar – resultado 22,70% abaixo do índice verificado no ano anterior - mas ainda assim 8,95 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 7,64 pontos percentuais acima da média geral do TRT da 4ª Região.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	236	108	-54,24%	18	-83,33%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	319	190	-40,44%	21	-88,95%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	863	773	-10,43%	765	-1,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Palmeira das Missões, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 10.04.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores ainda inscritos no BNDT.

Sinala-se, contudo, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	116	104	18	88	83	10	8	15	3
Antecipações de tutela	46	51	1	105	82	20	20	19	17
Impugnações à sentença de liquidação	11	13	12	21	28	6	4	5	6
Embargos à execução	79	85	43	121	116	24	28	13	39
Embargos à arrematação	1	1	0	0	0	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	2	1	1	6	1	4	0	1	3
Total	255	255	75	341	310	65	60	53	69

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 341 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um aumento de 33,73% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados apresentou elevação de 21,57% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 255 para 310. Além disso, houve queda no estoque total de incidentes processuais que estavam pendentes de decisão em 31.12.2014, o qual diminuiu de 75 para 65 processos em 31.12.2015, queda que pode ser atribuída, sobretudo, ao aumento significativo no número de incidentes julgados no ano de 2015. Destaca-se, por fim, que em 31.03.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 69 processos, saldo 6,15% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução foram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como no exemplo que segue:

1	Processo nº 0020177-53.2015.5.04.0541
Embora o sistema e-Gestão aponte o incidente “antecipação de tutela” no mês 06/2015, não existe solução específica até o momento. Tendo em vista que o processo já se encontra com sentença proferida, acredita-se que a pendência seja decorrência de erro na inserção de dados.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

Importante ressaltar, portanto, a existência de distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais podem decorrer de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	47,82	105,20	119,99%	35,42	-66,33%
	Ordinário	237,68	210,27	-11,53%	192,74	-8,34%
	Total	217,85	200,62	-7,91%	139,10	-30,67%

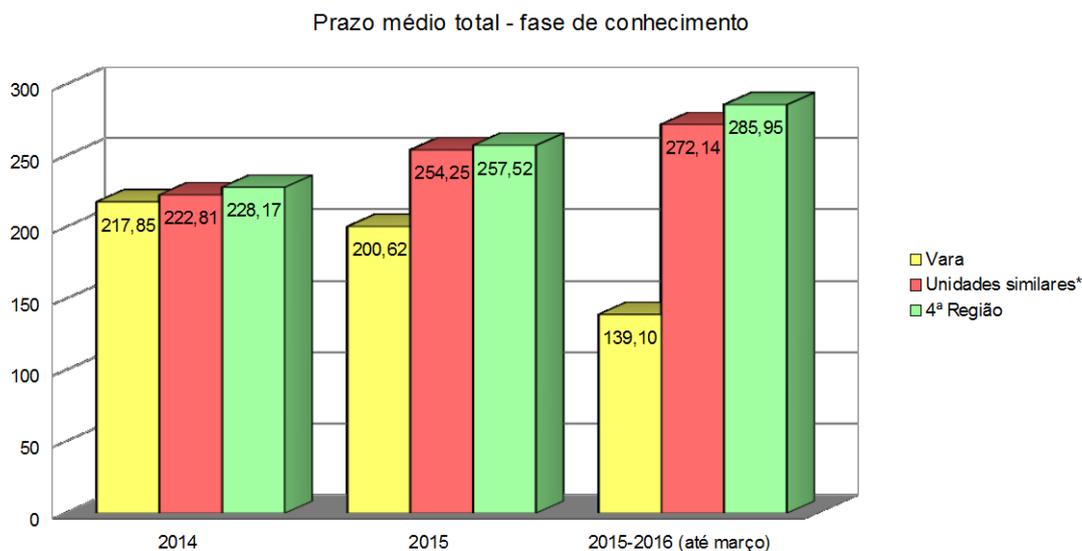


(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no PAJT de Panambi apresentou uma queda de 7,91%, passando de 217,85 para 200,62 dias. No rito sumaríssimo, contudo, o prazo médio registrou aumento de 119,99% em relação à média do ano anterior, passando de 47,82 para 105,20 dias. No rito ordinário foi registrado um prazo médio de 210,27 dias, prazo este 11,53% inferior na comparação com aquele apresentado no ano de 2014.

Por sua vez, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 21,09% inferior (53,63 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 22,09% inferior (56,90 dias) à média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando-se a diferença verificada em relação ao ano de 2014.

Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 139,10 dias, resultado este 48,89% inferior (133,04 dias) em relação ao prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 51,36% inferior (146,85 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do início ao	Sumaríssimo	97,87	75,67	-22,68%	77,5	2,42%



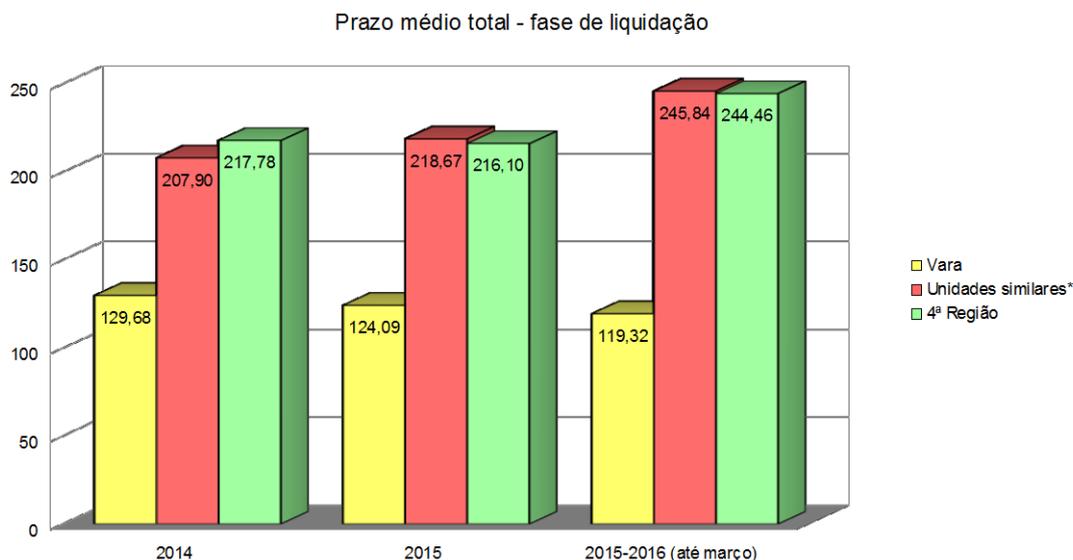
encerramento da liquidação	Ordinário	132,65	127,23	-4,09%	122,2	-3,95%
	Total	129,68	124,09	-4,31%	119,32	-3,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 75,67 dias, apresentando uma redução de 22,68% em relação à média de prazo do ano anterior. Na mesma tendência, no rito ordinário o prazo médio alcançou 127,23 dias, prazo este 4,09% inferior em comparação ao de 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos até o mês de março, apontam uma tendência de redução do prazo médio total da liquidação, apresentando queda de 3,84% no período.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 94,58 dias menor do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 92,01 dias menor na comparação com a média dos prazos observados pelas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 51,46% menor (126,52 dias) que o prazo médio nas demais Unidades Similares e 51,19% menor (125,14 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)				
2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
129,68	124,09	-4,31%	119,32	-3,84%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Do início ao encerramento da execução	Ente privado	478,94	490,47	2,41%	466,04	-4,98%
	Ente público	546,48	526,31	-3,69%	662,00	25,78%
	Total	485,48	492,31	1,41%	488,65	-0,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

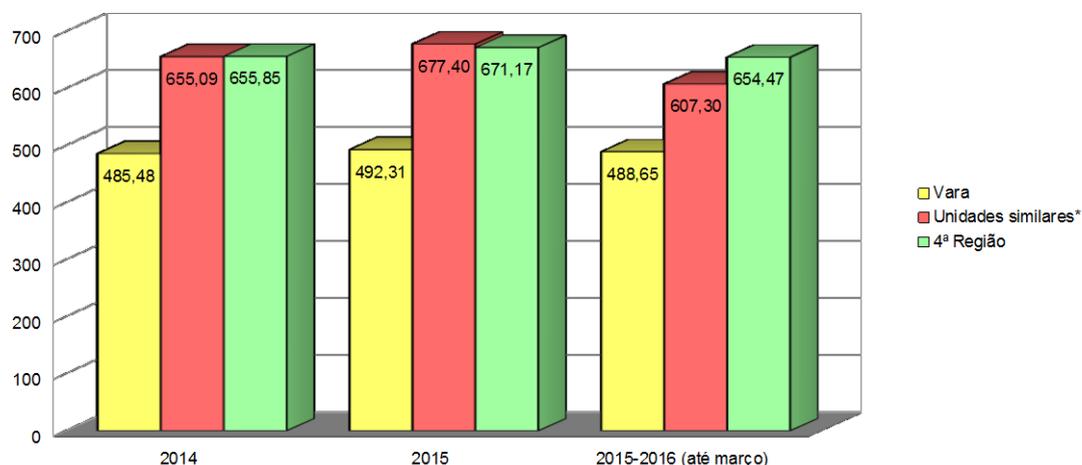
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 478,94 dias, em 2014, para 490,47 dias, em 2015. Em 2016 (até 31.03), no entanto, a média apresentou diminuição para 466,04 dias, prazo este 4,98% menor que a do período anterior, indicando tendência de diminuição do prazo para o período futuro.

Em contrapartida, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 546,48 dias, em 2014, para 526,31 dias, em 2015. Todavia, nos três primeiros meses de 2016, o lapso de tramitação apresentou elevação para 662,00 dias, o que equivale a um aumento de 25,78% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões foi 27,32% inferior (185,09 dias) ao das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 26,65% menor (178,86 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinalase que, embora tenha havido elevação do prazo médio total da execução, a Unidade, em 2015, apresentou prazo médio processual mais célere do que os verificados nas demais unidades de faixa de movimentação processual similar, bem como de todo o TRT da 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que no primeiro trimestre de 2016, o prazo médio da Unidade apresentou pequena redução (0,74%), ficando, ainda assim, 19,54% menor (118,65 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 25,34% menor (165,82 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.350	1.183	87,63%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
534	536	100,37%	Meta já cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
348	446	128,16%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
15	15	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ			
------------------------	--	--	--



	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	27	2	26	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	9	0	8	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	13	6	Meta não cumprida
5º	União	4	24	3	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	2	2	1	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	11	0	10	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	2	6	1	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	16	3	15	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	217,85	200,62	215,67	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO					
2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado



Total de acordos	477	505	491	596	496	Meta cumprida
-------------------------	-----	-----	-----	-----	------------	----------------------

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até 31.03)
327	262	80,12%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.03.2016	%	Resultado parcial (até 31.03)
480	474	98,75%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.03)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.03)
Total de acordos	477	505	491	133	501	Meta cumprida
Média mensal de acordos	39,75	42,08	40,92	44,33	41,75	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.03)
93	71	76,34%	Meta não cumprida

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.



5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
1	Meta ainda não cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até 31.03)	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida	
2º União	24	12	23	Meta cumprida	
3º Estado do Rio Grande do Sul	2	2	1	Meta não cumprida	
4º Caixa Econômica Federal - CEF	6	3	5	Meta cumprida	
5º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	13	13	12	Meta não cumprida	
6º OI S.A.	2	3	1	Meta não cumprida	
7º Banco do Estado do Rio Grande do Sul	3	5	2	Meta não cumprida	
8º Claro S.A.	0	0	0	Meta cumprida	
9º Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida	
10º Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	5	6	4	Meta não cumprida	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas pela manhã e às terças pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:



J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	7 a 8 (I) (U) 3 a 5 (P)	-	-	-
Tarde	7 a 8 (I) (U) 3 a 5 (P)	7 a 8 (I) (U) 3 a 5 (P)	-	-	-

(Fonte: Informação da Assistente de Diretor de Secretaria, Sirlei Terezinha Kristoschek em 18.05.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento

Registra-se que as audiências em processos do rito sumaríssimo são encaixadas na pauta entre as iniciais e os prosseguimentos. Destaca-se, ainda, haver, eventualmente, pauta extra somente com audiências iniciais. Por fim, segundo informações prestadas pela assistente do diretor, quando há regime de Juiz Auxiliar na unidade são 8 os turnos de pauta por semana.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	15.06.2016	-	20.06.2016	-
Una Sumaríssimo	07.06.2016	-	04.07.2016	-
Instrução	28.10.2016	-	16.11.2016	-

(Fonte: Informação da Assistente do Diretor de Secretaria, Sirlei Terezinha Kristoschek em 18.05.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
		Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	26,82	27,28	1,72%
Ordinário	41,57		39,58	-4,79%	76,79	94,02%
Total	39,74		38,54	-3,02%	72,3	87,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi elevado de 26,82 dias, em 2014, para 27,28 dias, em 2015 (aumento de 1,72%). Em contrapartida, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 41,57 dias, em 2014, para 39,56 dias, em 2015 (queda de 4,79%). Desse modo, o prazo total das audiências na Unidade, no ano de 2015, ficou em 38,54 dias, apresentando queda de 3,02% em relação ao ano anterior.

Contudo, já no primeiro trimestre de 2016 o prazo médio total apresentou aumento para 72,3 dias, correspondendo a aumento de 87,59% em relação ao do final do ano anterior.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos médios menores do que apontados pelo Sistema e-Gestão nesse ano de 2016.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	35,84	84,34	135,32%	7,16	-91,51%
	Ordinário	237,71	148,43	-37,56%	124,73	-15,96%
	Total	222,79	144,56	-35,11%	108,40	-25,01%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo aumentado de 35,84 dias, em 2014, para 84,34 dias, em 2015 (variação de 135,32%). Por sua vez, o rito ordinário registrou redução do prazo médio de 237,71 dias, em 2014, para 148,43 dias, em 2015 (queda de 37,56%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos médios maiores do que apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bárbara Fagundes	41	36	7	0	84
Bárbara Schönhofen Garcia	104	59	7	1	171
Felipe Jakobson Lerrer	120	60	12	0	192
Luís Henrique Bisso Tatsch	514	326	57	14	911



TOTAL	779	481	83	15	1.358
--------------	------------	------------	-----------	-----------	--------------

2016 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bárbara Schönhofen Garcia	180	130	25	4	339
TOTAL	180	130	25	4	339

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Com exame de mérito	TOTAL				
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Moura Fontoura	-	1	0	1	-	1
Bárbara Fagundes	20	52	0	72	7	79
Bárbara Schönhofen Garcia	53	4	0	57	14	71
Eduardo Duarte Elyseu	-	1	0	1	-	1
Felipe Jakobson Lerrer	51	49	0	100	8	108
Luís Henrique Bisso Tatsch	320	219	1	540	57	597
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	3	3
Mateus Crocoli Lionzo	1	2	0	3	-	3
Total	445	328	1	774	89	863

Juiz (a)	2016 (até 31.03)				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Com exame de mérito	TOTAL				
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Bárbara Fagundes	-	1	0	1	-	1
Bárbara Schönhofen Garcia	133	18	0	151	94	245
Felipe Jakobson Lerrer	-	10	0	10	-	10
Luís Henrique Bisso Tatsch	-	6	0	6	-	6
Total	133	35	0	168	94	262



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Titular Bárbara Schönhofen Garcia	Processos de cognição	0020119-50.2015.5.04.0541
		0020211-28.2015.5.04.0541
		0020340-33.2015.5.04.0541
		0020806-27.2015.5.04.0541
		0020890-28.2015.5.04.0541
		0020562-98.2015.5.04.0541
		0020334-26.2015.5.04.0541
		0020474-60.2015.5.04.0541
		0020374-08.2015.5.04.0541

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 17.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 28.03.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos no dia. Os demais são cumpridos em uma semana.

As notificações para a Procuradoria Regional Federal são feitas pelo correio, semanalmente, juntamente com as demais notificações.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados, precatórios e RPVs são cumpridos uma vez por semana.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos em até 48 horas da determinação.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A média de petições protocoladas na unidade gira entre 15 a 20 por dia nos processos físicos e em torno de 40 nos processos eletrônicos.

A Assistente de Diretor de Secretaria informou que as petições são apreciadas, no máximo, em 48 horas do protocolo nos processos físicos e, no máximo, em 24 horas nos processos eletrônicos.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição (18.05.2016) estava sendo certificado o prazo até 16.04.2016 nos processos físicos.

Segundo a Assistente de Diretor de Secretaria, o controle do prazo no PJe é feito a cada 10 dias.



7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de autos ao TRT é semanal.

7.7 CONVÊNIOS

São utilizados todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito mensalmente

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem em torno de 20 execuções reunidas. Nos processos reunidos, não é dado o andamento de *execução encerrada*; somente a conta é adicionada ao processo principal.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Após a expedição das certidões de habilitação de créditos, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (13.05.2016).

Não há processos com prazo de devolução de autos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

No levantamento realizado, não foram encontradas cargas para peritos com prazo vencido há mais de 10 dias contados da data da consulta ao sistema inFOR.

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
01	541-00058/16	0000459-41.2013.5.04.0541	13.04.2016
02	541-00059/16	0000067-33.2015.5.04.0541	13.04.2016
03	541-00070/16	0000309-60.2013.5.04.0541	13.04.2016
04	541-00071/16	0000286-17.2013.5.04.0541	28.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS



Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 13.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **165 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000142-14.2011.5.04.0541
Fase: Execução Fiscal Aspectos Gerais dos Autos: Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta o número de telefone do Procurador da reclamada no termo de carga da fl. 194. (Art. 53, III, da CPCr) Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre atraso na devolução dos autos e solicitação de devolução: autos encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional em 13.12.2012 (fl. 171v), com prazo de dez dias para apresentar quesitos (fl. 170). Posteriormente, apenas em 28.05.2013, foi proferida decisão referente à solicitação de devolução.	
2	Processo nº 0000268-98.2010.5.04.0541
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: contrato social da 1ª reclamada juntada ente a carta de preposto e o instrumento de procuração (fls.50 - 57). (Art. 67 da CPCr) Ausência de informação imprescindível nos termos de carga: não consta o número de telefone do Procurador da 1ª reclamada no termo de carga da fl. 284v e do Procurador do reclamante no termo de carga da fl. 439. (Art. 53, III, da CPCr) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 313v não menciona os comprovantes de custas e depósito recursal (fls.339 -340) que acompanham o recurso da 1ª reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCr). Movimentação Processual: nada a apontar.	
3	Processo nº 000361-90.2012.5.04.0541
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
4	Processo nº 0000076-34.2011.5.04.0541
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: após a decisão proferida em 05.07.2011 (fl. 55), determinando a sustação do processo por um ano, foram lançados sucessivos andamentos no sistema informatizado entre 30.09.2011 e 17.04.2015 relativos ao aguardo de execução de despesas processuais sem a identificação do processo com execução reunida ou mesmo certidão exarada nos autos físicos com a indicação da renovação do prazo de suspensão processual. (Artigos 94 e 95 da CPCr) Movimentação Processual: nada a apontar.	
5	Processo nº 0000430-59.2011.5.04.0541



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de informação imprescindível no termo de carga: consta de forma incompleta o número de telefone do Procurador da reclamante no termo de carga da fl. 88. (Art. 53, III, da CPCR)

Após a decisão proferida em 06.02.2014 (fl. 106), determinando a sustação do processo por 180 dias, foram lançados dois andamentos de “prazo” no sistema informatizado em 11.12.2014 e 17.04.2015 relativos ao aguardo do cumprimento de execução de Carta Precatória no Posto de Marau, sem a correspondente certidão exarada nos autos físicos com a indicação da renovação do prazo de suspensão processual. (Artigos 94 e 95 da CPCR)

Ausência de solicitação de informação acerca do cumprimento de Carta Precatória: carta precatória executória (fls. 92v e 94) distribuída em 08.02.2012. Após o envio de ofício em 05.02.2014 (fl. 105), solicitando o prosseguimento da ordem deprecada, foi proferida decisão em 18.12.2015 (fl. 109), determinando o aguardo da devolução da CP. Todavia, até o momento, não houve formulação de nova consulta ao Juízo deprecado acerca de eventuais medidas adotadas no cumprimento. (Art. 86, parágrafo único, da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

6

Processo nº 0000300-64.2014.5.04.0541

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de retificação de dados da parte: determinado em audiência (ata – fl. 32) a retificação do polo ativo para constar o nome correto da reclamante, sem o correspondente cumprimento relativo ao lançamento da certidão na capa dos autos e registro no sistema informatizado. (Art. 75 da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

7

Processo nº 0000428-89.2011.5.04.0541

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de publicação de sentença em secretaria: sentença (fls.137 - 140) publicada em secretaria sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 97 da CPCR)

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: consta de forma incompleta o número de telefone do Procurador da reclamante no termo de carga da fl. 158. (Art. 53, III, da CPCR)

Ausência de solicitação de informação acerca do cumprimento de Carta Precatória: carta precatória executória (fl. 168) expedida em 05.02.2014. Após a expedição, não houve formulação de consulta ao Juízo deprecado acerca de eventuais medidas adotadas. (Art. 86, parágrafo único, da CPCR)

Movimentação Processual: entre vencimento do prazo de suspensão processual e prática de ato subsequente: suspensão processual de 180 dias encerrada em 08.08.2014, com movimentação processual subsequente realizada, apenas, em 11.12.2015 (atualização de cálculo e certidão – fls. 169v e 170).

Processo sem movimentação processual por mais de 30 dias: após a atualização do cálculo em 28.01.2016 (fl. 173), não houve movimentação processual, nem mesmo solicitação de informações ou pedido de devolução da Carta Precatória expedida em 05.02.2014 (fl. 168).

8

Processo nº 0069100-57.2008.5.04.0541

Processo nº 0069100-57.2008.5.04.0541

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

9

Processo nº 0000745-82.2014.5.04.0541

Processo nº 0000745-82.2014.5.04.0541

Fase: Conhecimento



Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar
Movimentação Processual: nada a apontar.

10

Processo nº 0000267-74.2014.5.04.0541

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de publicação de sentença em secretaria: sentença (fls. 115 - 128) publicada em secretaria em 31.03.2015 sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 97 da CPCR)

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 133v não menciona os comprovantes de custas e depósito recursal (fls.135 e verso) que acompanham a petição da 2ª reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

Não foram constatadas práticas irregulares quando do exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída do sistema INFOR em 13.05.2016.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Assistente de Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete "*ipsis litteris*" o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Assistente de Diretor de Secretaria, o Juiz **ordena** a liberação do depósito recursal ao autor quando o valor do crédito é incontroverso.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Assistente de Diretor de Secretaria informou que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada. Após, em não havendo garantia do juízo, utiliza os convênios disponíveis em relação ao sócio (Bacen, Renajud, Infojud e Jucergs).

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 09.04.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativas da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente na véspera da inspeção (17.05.2016) e a situação era a seguinte:

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	2
Processos com petições não apreciadas	46
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	35

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	Conhecimento	106	0020868-67.2015.5.04.0541	29.01.2016
Aguardando Audiência	Conhecimento	124	0020549-20.2015.5.04.0541	01.10.2015
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	61	0020820-11.2015.5.04.0541	29.02.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	10	0020054-21.2016.5.04.0541	04.05.2016
Análise do Sobrestamento	Conhecimento	3	0020049-33.2015.5.04.0541	04.11.2015
Preparar Comunicação	Conhecimento	4	0020476-30.2015.5.04.0541	09.05.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	6	0020524-52.2016.5.04.0541	06.05.2016
-	-	-	-	-
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução BACEN neg+RENAJUD	3	0020706-72.2015.5.04.0541	17.03.2016
Aguardando término dos prazos	Execução	6	0020310-61.2016.5.04.0541	26.04.2016
Controle de Sobrestamento-Suspensão	Execução	5	0020917-58.2015.5.04.0008	01.04.2016
Prazos Vencidos	Execução	4	0020343-85.2015.5.04.0541	06.04.2016

Em 17.05.2017, véspera da Correição, o acervo processual da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões contava com 605 processos na fase de



conhecimento, um processo na fase de liquidação e 36 processos na fase de execução.

As subpastas são organizadas por assunto ou fase. A divisão do trabalho é feita por carteira (numeração final) e distribuída entre todos os servidores.

É feita a triagem inicial dos processos e, só então, é designada a pauta.

Segundo a Assistente de Diretor de Secretaria, Sirlei Terezinha Kristoschek, são protocoladas, em média, 40 petições por dia, que são apreciadas em até 24 horas. O controle do prazo no PJe é feito a cada 7 ou 10 dias. Na data da Correição estava sendo feito o controle de prazo de 11.05.2016. Esse pequeno atraso decorreu da indisponibilidade do sistema nos dias anteriores à Correição.

Não foram constatadas quaisquer irregularidades em relação aos prazos e, tampouco, nos andamentos processuais.

Verificou-se, ainda, uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT **02 expedientes** relativos à Vara do Trabalho de Palmeira das Missões durante o período correccionado. Ambos referem-se a elogios quanto ao atendimento recebido na unidade.

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	2421/15	0029500-10.2000.5.04.0541
2016	1801/16	-

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Conforme já observado na inspeção correcional realizada no ano de 2015, a Vara do Trabalho de Palmeira das Missões apresenta um excelente desempenho. O quadro de pessoal é adequado à movimentação processual e o espaço físico é muito bom.

Especificamente quanto à movimentação processual, no ano de 2015 houve majoração no número total de processos tramitando na Unidade



Judiciária devido ao aumento no número de casos novos. Houve, também, aumento do número de processos solucionados em relação ao ano de 2014. Ademais, o número de processos solucionados por acordo foi muito bom, superior à média do TRT.

Destaca-se, ainda, ter se reduzido significativamente tanto o número de processos pendentes na fase de liquidação como o prazo médio de tramitação na fase, em direção oposta à tendência apresentada pelo TRT4 (de aumento). O número de processos em execução também reduziu.

Quanto ao BNDT, a unidade continua observando com atenção a inclusão de devedores, não tendo sido encontrado nenhum lançamento equivocado em execuções já encerradas definitivamente.

O prazo para a marcação das audiências está a contento – iniciais em prazo inferior a 40 dias e prosseguimentos em prazo inferior a 180 dias.

O número de processos conclusos com a Juíza Titular para prolação de sentença além do prazo legal é ínfimo.

Conforme informado pela Assistente do Diretor, Sirlei Terezinha Kristoschek, a divisão do trabalho entre a equipe é gerenciada pelo Diretor de Secretaria. Nesse momento, com o intuito de encerrar o acervo de processos físicos, o Diretor faz a distribuição das tarefas entre os servidores. Nos processos eletrônicos, contudo, a divisão do trabalho é feita por carteira e o controle é feito pelo dígito final do processo. Todos os servidores trabalham no PJe. Quando um servidor está afastado, sua carteira é redistribuída aos demais de forma que todos os processos sejam movimentados de forma igualitária.

A Assistente do Diretor informou que houve a liberação de um servidor sem substituição. Solicitou. Se possível, mais um estagiário para auxiliar na unidade.

A Unidade merece ser parabenizada pelo empenho dos juízes em exercício na unidade e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho. Merece destaque o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores, demonstrando haver um ambiente agradável e amistoso entre todos na unidade.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária adote medidas necessárias para o cumprimento dessa meta prevista para o ano de 2016, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido observado o cumprimento da meta CNJ 1/2015 pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, porquanto, a despeito de alcançada a meta com



idêntico propósito no ano de 2015 (Item 5.1.3), os dados do primeiro trimestre deste ano indicam tendência de descumprimento da meta.

14 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da antecipação de tutela apresentada no processo 0020177-53.2015.5.04.0541.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificadas nos seguintes processos: 0000142-14.2011.5.04.0541 e 0000428-89.2011.5.04.0541;
- b) observe o que dispõe o parágrafo único do artigo 53 da CPC/2015 quanto ao registro da data da devolução dos autos;
- c) proceda à reatuação da capa autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, conforme a previsão do art. 75 da CPC/2015, objetivando a correta identificação da Vara do Trabalho inspecionada;
- d) atente para a determinação de consulta à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPC/2015;
- e) observe que os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPC/2015;
- f) observe o que determina o artigo 95 da CPC/2015 quanto à certificação das datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique na alteração na contagem;



- g) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- h) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, com a Assistente de Diretor de Secretaria e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara Trabalho de Palmeira das Missões, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa unidade. Compareceu o Presidente da Subseção da OAB, Sr. Sérgio Vieira, que destacou a qualidade do atendimento na Vara de Palmeira das Missões.

19 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Bárbara Schönhofen Garcia, pela Assistente de Diretor de Secretaria Sirlei Terezinha Kristoschek e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional